



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

## RELATÓRIO

### I FÓRUM BILATERAL DE DIÁLOGO SOCIAL BRASIL-NORUEGA



BRASÍLIA - 22 DE OUTUBRO DE 2009



Ministério das  
Relações Exteriores

Secretaria-Geral da  
Presidência da República





# Índice

1. Apresentação
2. Convite
3. Programação
4. Resumo da Reunião e Encaminhamentos
5. Lista dos Participantes
6. A importância do diálogo social na construção de políticas públicas
7. Diálogo Social em Prática
8. Proposta de projeto para fortalecimento do diálogo social e da responsabilidade social empresarial através do intercâmbio Brasil-Noruega
9. Registro Fotográfico



## 1. APRESENTAÇÃO

O I Fórum de Diálogo Social Brasil-Noruega, realizado em 22 de outubro no Palácio do Itamaraty, em Brasília, foi coordenado Secretaria-Geral da Presidência, através da Secretaria Nacional de Articulação Social e Assessoria Internacional, e pela Embaixada Real da Noruega. O evento contou com a parceria entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação dos Trabalhadores da Noruega, Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Empresarial da Noruega.

O Fórum teve por objetivo promover o debate entre governos, entidades sindicais e empresariais de ambos os países sobre a importância do diálogo social na construção de políticas públicas. Além disso, foram discutidas questões como a agenda do trabalho decente e formas de aprimorar os mecanismos de diálogo social, visando o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social.

O projeto Diálogo Social foi iniciado pelo Ministério das Relações Exteriores da Noruega, com o objetivo de revitalizar os laços de cooperação entre a Noruega e a América Latina, com destaque para o Brasil, devido à forte presença de investimentos de empresas norueguesas no país. As entidades sindicais e empresariais brasileiras e norueguesas já mantêm uma antiga relação de cooperação, que ganhou novo impulso com a missão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Noruega, em 2007, quando foi reafirmado o interesse do governo brasileiro na experiência norueguesa de diálogo social.

A iniciativa de criação do Fórum foi definida durante reunião realizada em abril deste ano, coordenada pelo ministro Luiz Dulci, da qual participaram representantes do governo brasileiro e norueguês e de entidades sindicais e empresariais dos dois países.



## 2. CONVITE



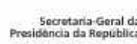
A Secretaria-Geral da Presidência da República tem a honra de convidá-lo (a) para participar do **I Fórum Bilateral de Diálogo Social Brasil-Noruega**, a realizar-se no dia 22 de outubro de 2009, às 8h30, na Sala San Tiago Dantas - Palácio do Itamaraty - Brasília (DF).

O objetivo do Fórum é promover o diálogo social para avançar na definição de novas parcerias entre os dois países que contribuam para o desenvolvimento sustentável e social. Participarão do evento autoridades do governo do Brasil e da Noruega e dirigentes de organizações sindicais e empresariais dos dois países.

Solicitamos confirmação de presença até dia 19 de outubro.

Tel: (55 61) 3411-3317

Emails: [dirvany.goncalves@planalto.gov.br](mailto:dirvany.goncalves@planalto.gov.br) ou [ana.almeida@planalto.gov.br](mailto:ana.almeida@planalto.gov.br)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais



The General-Secretariat of the Presidency of the Brazilian Republic is honored to invite you to participate in the I Bilateral Forum of Social Dialogue Brazil-Norway, that will be held on October 22nd, 2009 at 8:30 am., in the San Tiago Dantas Room - Itamaraty Palace- Brasilia (Federal District).

The objective of the Forum is to promote a social dialogue that will lead to advancements in the definition of new partnerships between the two countries that may contribute to social and sustainable development. Brazilian and Norwegian Government authorities, as well as, businessmen and managers of union organizations of both countries will participate in the event.

We kindly request you to confirm your participation until October 19th.

Tel: (55 61) 3411-3317

Emails: [dirvany.goncalves@planalto.gov.br](mailto:dirvany.goncalves@planalto.gov.br) ou [ana.almeida@planalto.gov.br](mailto:ana.almeida@planalto.gov.br)



Ministério das  
Relações Exteriores

Secretaria-Geral da  
Presidência da República





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

### **3. PROGRAMAÇÃO**

**22 de outubro de 2009**

**Local:** Sala San Tiago Dantas – Palácio do Itamaraty

**8h30 às 9h00 – Credenciamento**

**9h00 às 9h30: Abertura**

**Artur Henrique da Silva Santos**, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT

**Diis Bohn**, Assessora Executiva da Confederação dos Trabalhadores da Noruega - LO

**José Augusto Coelho Fernandes**, Diretor-Executivo da Confederação Nacional da Indústria - CNI

**Finn Bergesen**, Diretor da Confederação das Empresas da Noruega - NHO

**Gry Larsen**, Vice-Ministra das Relações Exteriores da Noruega

**Antonio Roberto Lambertucci**, Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em exercício

**9h30 às 10h10 - PAINEL 1: A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:**

- Como o diálogo tripartite pode contribuir para o crescimento e produtividade na economia
- Agenda do trabalho decente

**Atores Governamentais**

**Gry Larsen**, Vice-Ministra das Relações Exteriores da Noruega

**Antonio Roberto Lambertucci**, Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em exercício

**10h10 às 10h30: DEBATE**

**10h30 às 11h00: COFFEE BREAK**

**11h00 às 12h30 - PAINEL 1: CONTINUAÇÃO**

**Atores Sociais**

**Artur Henrique da Silva Santos**, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT

**Diis Bohn**, Assessora Executiva da Confederação dos Trabalhadores da Noruega - LO

**Dagoberto de Lima Godoy**, vice-presidente da Organização Internacional de Empregadores para a América Latina – OIE



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

**Finn Bergesen**, Diretor da Confederação das Empresas da Noruega - NHO

**Coordenador:** Gerson Almeida - Secretário Nacional de Articulação Social.

**12h30 às 13h00:** DEBATE

**13h00 às 14h00:** ALMOÇO

**14h30 às 15h30** - PAINEL 2: DIÁLOGO SOCIAL EM PRÁTICA

**Tor-Over Horstad**, Presidente da Norsk HYDRO Brazil

**Sten Roar Martinsen**, Org. dos Trabalhadores, Industria e Energia

**Silvio Vaz**, Presidente da Fundação Vale

**Jorge Luis Campos**, Secretário-Geral do Sindimina do Rio de Janeiro

**15h00 às 16h30** - **MESA DE DEBATES:** Como aprimorar os mecanismos de diálogo social e agenda do trabalho decente, visando o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social?

**Amarildo Dudu Bolito**, Diretor Institucional do Instituto Observatório Social

**Mediador:** **Paulo Muçouçah**, Coordenador do Programa de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho – OIT

**16h30 às 17h00** - RELATORIA DAS AÇÕES PROPOSTAS

**17h00 às 17h15** – **ENCERRAMENTO: O caminho para continuidade do diálogo**

**Antonio Roberto Lambertucci**, Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em exercício

**Gry Larsen**, Vice-Ministra das Relações Exteriores da Noruega

**17h15 – COQUETEL**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

**October 22<sup>nd</sup>, 2009**

**Sala San Tiago Dantas – Palácio do Itamaraty**

**8h30 - 9h00 – Welcome Coffee**

**9h00 - 9h30 Official Opening**

**Artur Henrique da Silva Santos**, President, The Single Central Organization of Workers of Brazil (CUT)  
**Diis Bohn**, Executive Advisor, The Norwegian Confederation of Trade Unions (LO)  
**José Augusto Coelho Fernandes**, Executive Director, The National Confederation of Industry (CNI)  
**Finn Bergesen**, Director, The Confederation of Norwegian Enterprise (NHO)  
**Gry Larsen**, Norwegian Vice Minister for Foreign Affairs  
**Antonio Roberto Lambertucci**, General Secretary of Presidency of Republic

**9h30 - 10h10 PANEL 1: THE IMPORTANCE OF SOCIAL DIALOGUE IN THE BUILDING OF PUBLIC POLICIES**

- How can tripartite dialogue contribute to productivity growth in the economy?
- The Decent Work Agenda

**Governmental Actors**

**Gry Larsen**, Norwegian Vice Minister for Foreign Affairs  
**Antonio Roberto Lambertucci**, Chief Minister of The General Secretary of Presidency of Republic, a.i.

**10h10 - 10h30 DEBATE**

**10h30 - 11h00 COFFEE BREAK**

**11h00 - 12h30 - PANEL 1: CONTINUE**

**Social Actors**

**Artur Henrique da Silva Santos**, President - The Single Central Organization of Workers of Brazil (CUT)  
**Diis Bohn, Executive Advisor** - The Norwegian Confederation of Trade Unions (LO)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

**Dagoberto de Lima Godoy**, vice-president – International  
Organization of Employers – Latin America - OIE

**Finn Bergesen**, Director - The Confederation of Norwegian  
Enterprise (NHO)

**Coordinator: Gerson Almeida** – National Secretary of Social  
Articulation/ Secretary-General of Presidency of Republic

**12h30 - 13h00** DEBATE

**13h00 - 14h00** LUNCH

**14h30 - 15h30** - PANEL 2: BEST PRACTICE IN SOCIAL DIALOGUE (CASES)

**Tor-Over Horstad**, President - Norsk HYDRO Brazil

**Sten Roar Martinsen**, Employees, Industry and Energy Organization

**Silvio Vaz**, President – Vale Foundation

**Jorge Luis Campos**, General Secretary – Sindimina, Rio de Janeiro

**15h00 - 16h30** - **DEBATE TABLE:** How to refine the existing mechanisms of  
social dialogue and the decent work agenda to promote sustainable economic  
growth and social development?

**Amarildo Dudu Bolito**, Director, Social Watchers Institute

**Mediator: Paulo Muçouçah**, Coordinator of Decent Work Program,  
The International Labor Organization (OIT)

**16h30 - 17h00** - SYNTHESIS AND PROPOSED ACTIONS

**17h00 - 17h15** – **CLOSING: How to continue the dialogue?**

**Gry Larsen**, Norwegian Vice Minister for Foreign Affairs

**Antonio Roberto Lambertucci**, Chief Minister of The General  
Secretary of Presidency of Republic, a.i.

**17h15 – COCKTAIL**



#### **4. RESUMO DA REUNIÃO E ENCAMINHAMENTOS**

O I Fórum Bilateral de Diálogo Social Brasil-Noruega contou com a participação de um total de 60 participantes, dentre representantes do governo brasileiro e norueguês, Organização Internacional do Trabalho, dirigentes e convidados da Confederação Nacional da Noruega, Organização dos Trabalhadores da Noruega, Confederação Nacional da Indústria, Central Única dos Trabalhadores e Observatório Social.

O Fórum teve como objetivo promover o debate entre os governos, entidades sindicais e empresariais dos dois países, intensificando o diálogo social tripartite e a responsabilidade social empresarial e sindical, com a finalidade de construir e produzir propostas de um modelo econômico e social sustentável.

Durante o Fórum foram apresentadas experiências de diálogos sociais no Brasil e na Noruega bem como propostas para fortalecer o diálogo social no Brasil, aproveitando para tanto, a experiência da Noruega, que tem obtido sucesso para as partes envolvidas.

Representantes dos trabalhadores e dos empresários da Noruega e do Brasil apresentaram experiências de diálogo social. Da mesma forma, foi apresentada, pelo Instituto Observatório Social, proposta concreta para fortalecimento do diálogo social no Brasil.



## 5. LISTA DOS PARTICIPANTES

### 1. Governo Brasileiro

1. Antonio Lambertucci – Ministro de Estado -Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em exercício
2. Gerson Almeida – Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
3. Renato Martins – Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República
4. Ana Carla Almeida - Secretaria-Geral da Presidência da República
5. Dirvany Gonçalves - Secretaria-Geral da Presidência da República
6. Enaile do Espírito Santo Iadanza - Secretaria-Geral da Presidência da República
7. Mário Barbosa – Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho e Emprego
8. Tatiana Tobias - Ministério do Trabalho e Emprego
9. Raquel C. Oliveira – Ministério do Trabalho e Emprego
10. Fábio de Medeiros – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio
11. Luziele Tapajós – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
12. Antonio H. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
13. Bertrand Almeida - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
14. Luís Carvalho - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
15. Matheus Machado – Ministério das Relações Exteriores / Divisão de Temas Sociais
16. Maria Cristina Sampaio Lopes -Secretaria-Geral da Presidência da República

### 2. Governo Norueguês

1. Ms. Gry Larsen -Vice-Ministra das Relações Exteriores
2. Mrs. Hege Araldsen - Ministério das Relações Exteriores
3. Mr. Øyvind Udland Johansen - Ministério das Relações Exteriores
4. Mrs. Hilde Klemetsdal - Ministério das Relações Exteriores
5. Mrs. Janicke Graaterud - Ministério das Relações Exteriores
6. Mrs. Turid Eusébio - Embaixadora da Noruega em Brasília
7. Mr. Jan Eriksen - Primeiro Secretário - Embaixada da Noruega
8. Mr. Tom Jørgen Martinussen - Segundo Secretário - Embaixada da Noruega
9. Ms. Monica Mendes Gonzaga Neiva - Embaixada da Noruega
10. Mr. Manav Frohde - Estagiário - Embaixada da Noruega
11. Reiden Olsen – Consulado da Noruega



### **3. Organismos Internacionais**

1. Laís Abramo – Representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil
2. Paulo Muçouçah - Organização Internacional do Trabalho/ OIT

### **4. Organizações de Trabalhadores do Brasil**

1. Artur Henrique da Silva Santos - Central Única dos Trabalhadores/ CUT
2. Amarildo Dudu Bolito - Instituto Observatório Social
3. Aparecido Donizeti da Silva - Instituto Observatório Social
4. Felipe Saboya - Instituto Observatório Social
5. Valeir Ertle – Instituto Observatório Social
6. Adriana Marcia Marcolino – Sub Seção dos Dieese – CUT
7. Jorge Luiz Campos – Sindimina-RJ

### **5. Organizações de Trabalhadores da Noruega**

1. Diis Bohn - LO
2. Sten Roar Martinsen - Org. dos Trabalhadores, Industria e Energia
3. Mrs. Catherine Ulvøy - LO, Rolls Royce (Fellesforbundet)
4. Carolyn Kazdin - Solidariedade Sindical

### **6. Empresas Brasileiras**

1. José Augusto Coelho Fernandes - Confederação Nacional da Indústria/ CNI
2. Elizabeth Marinho - CNI
3. Thais Marçal - CNI
4. Alex Mansur - SESI
5. Dagoberto Godoy - CNI
6. Cristina Linhares - CNI
7. Silvio Vaz - Presidente da Fundação Vale
8. Sueme Mori Andrade – Serviço Social da Indústria - SESI
9. Andréia Rabetim Gerente Geral de Relações Intersetoriais – Fundação Vale
10. Palnéia (ilegível) - Vale
11. Haakon Lorentzen – Lorentzen

### **7. Empresas Norueguesas**

1. Finn Bergesen - NHO
2. Tor-Over Horstad - Presidente da Norsk HYDRO Brazil
3. Carsten Tank Nielsen - NHO
4. Jon Harald Kilde - Bwoffshore



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL

Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

5. Knut Ovrebo - Odfjell
6. Nara Borges Statoil Hydro
7. Hans Falnes Ellingsen – Norskan
8. Haakon Lorentzen – Lorentzen



## 6. A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### I Fórum Bilateral De Diálogo Social Brasil-Noruega

Painel 1

#### A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como o diálogo tripartite pode contribuir para o crescimento e  
produtividade na economia - Agenda do trabalho decente



Dagoberto Lima Godoy  
CNI

Brasília – 22 de outubro de 2009

### Conceitos de DS

Conceito	Interlocutores	Formas
<i>Strictu sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Governo</li><li>• Trabalhadores*</li><li>• Empregadores*</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tripartite ou bipartite</li><li>• Oficioso ou oficial</li><li>• Internacional, nacional, regional ou empresarial</li><li>• Interprofissional ou intersetorial</li></ul>
<i>Latu sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Integrantes dos poderes governamentais e do sistema político</li><li>• Representantes da Sociedade Civil</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pluripartite</li><li>• Oficioso ou oficial</li><li>• Internacional, nacional, regional ou local</li></ul>

\* Parceiros Sociais



## Diretrizes da OIT para o DS

- Constituição (artigo 23).
- Recomendação sobre Consultação e Cooperação entre Autoridades Públicas e Organizações de Empregadores e Trabalhadores nos níveis Industrial e nacional, 1960 (Nº 113).
- Convenção sobre Consultação Tripartite (Normas Laborais Internacionais), 1976 (Nº 144).
- Recomendação sobre Consultação Tripartite (Atividades da OIT), 1976 (Nº 152).
- Conclusões sobre Consultação Tripartite no Nível Nacional sobre Política Econômica e Social, Conferência Internacional do trabalho, 1996.
- Resolução Concernente ao Tripartismo e o Diálogo Social, Conferência Internacional do trabalho, 2002".
- Além dessas normativas básicas, muitas outras se referem direta ou indiretamente ao DS e à consultação dos PS: Convenção sobre Horas de Trabalho, 1919 (Nº 1), a saber: Convenção concernente à Administração do Trabalho (Nº 150), 1978, e a correspondente Recomendação (Nº 158), 1978; Convenção sobre Política de Emprego (Nº 122), 1964; Recomendação sobre Política de Emprego (Provisões Suplementares), 1984 (Nº 169); Convenção sobre a fixação do Salário Mínimo, 1970 (Nº 131), e a correspondente Recomendação, 1970 (Nº 135); Convenção sobre Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1975 (Nº 142), e a correspondente Recomendação, 1975 (Nº 150); Recomendação sobre a Segurança de Renda, 1944 (Nº 67); Convenção sobre a Seguridade Social, 1952 (Nº 102); Convenção sobre Benefícios de Invalidez, Velhice e Sobrevivência, 1967 (Nº 128); Convenção sobre Benefícios de Assistência Médica e Doença, 1969 (Nº 130); Convenção sobre Promoção do Emprego e Proteção contra o Desemprego, 1988 (Nº 168); Convenção sobre o Trabalho Doméstico, 1996 (Nº 177) e a correspondente Recomendação, 1996 (Nº 184); Convenção sobre Trabalho a Tempo Parcial, 1994 (Nº 175), e a correspondente Recomendação, 1994 (Nº 182); Convenção sobre Agências Privadas de Emprego, 1997 (Nº 181), e a correspondente Recomendação, 1997 (Nº 188); Convenção sobre Serviços de Saúde Ocupacional, 1985 (Nº 161) e a correspondente Recomendação, 1985 (Nº 171); Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, 1981 (Nº 155); Recomendação sobre Inspeção do Trabalho, 1947 (Nº 81).

DLGODOY - out/2010

3

*“Diálogo Social não é simplesmente uma forma de gerenciar crises. Infelizmente, algumas vezes governos só buscam os Parceiros Sociais em situações de crise econômica, para buscar apoio para medidas impopulares. DS tem que se basear em confiança mútua, construída ao longo de muitos anos de cooperação em boa fé.”*

RICHLY, LUDEK; PRITZER, RAINER. *Social Dialogue at National Level in the EU Accession Countries*. Genebra: OIT, 2003.

DLGODOY - out/2010

4



## O Diálogo Social como instrumento de governabilidade democrática

### Princípios do DS

- 1. Boa-fé**  
Quando ausente, permite as manipulações e mina a confiança recíproca e o respeito mútuo.
- 2. Boa-vontade**  
Sem ela, perde-se a motivação e se esfria o diálogo.
- 3. Bom-senso**  
Sem ele, torna-se impossível ou equivocado o consenso.
- 4. Solidariedade**  
Indispensável para se abrir mão do interesse próprio.
- 5. Espírito público.**  
Vacina contra o corporativismo.
- 6. Preparo dos interlocutores, para tratar com competência dos temas em questão.**  
O desconhecimento ou mau entendimento da matéria torna difícil ou impossível o consenso
- 7. Representatividade dos interlocutores sociais.**



### **Critérios da Comissão Europeia para aferição da representatividade dos interlocutores**

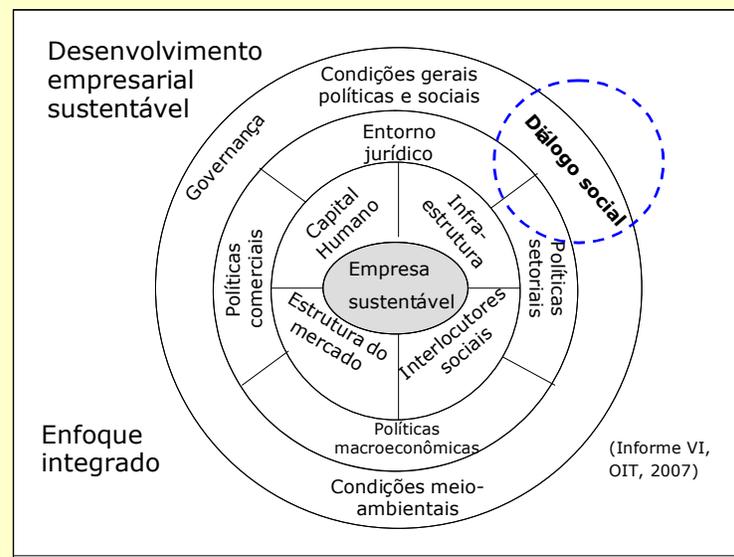
- *Serem organizadas no nível europeu, envolvendo setores específicos ou toda a economia.*
- *Integrarem as estruturas de parceria social de Estados-Membros, com competência para negociar acordos, e, tanto quanto possível, representarem todos os Estados-Membros.*
- *Possuírem estruturas adequadas para assegurar a sua participação efetiva no processo de consulta.*

Regularmente, a Comissão publica uma lista das organizações reconhecidas, - hoje, 75, divididas em cinco grupos:

- organizações genéricas (CEEP, ETUC, BusinessEurope);
- organizações genéricas que representam determinadas categorias de trabalhadores ou empregados (Eurocadres, UEAPME, CEC);
- organizações específicas (Eurochambres);
- organizações setoriais não filiadas a organizações genéricas (53);
- organizações de sindicatos de trabalhadores europeus.

DLGODOY - out/2010

7



DLGODOY - out/2010

8



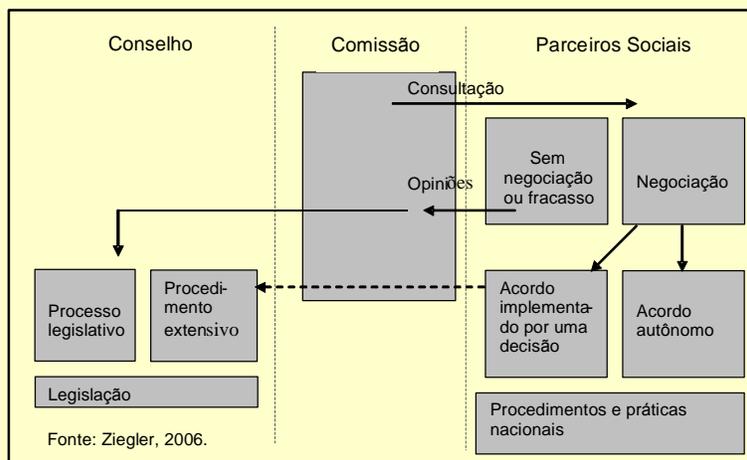
## Os nove pilares do desenvolvimento empresarial sustentável

- *Propriedade privada e segurança jurídica.*
- *Clima político, social e econômico favorável ao investimento.*
- *Estabilidade política e macroeconômica.*
- *Respeito ao Estado de Direito, aos princípios éticos e aos valores democráticos.*
- *Gestão transparente, compromissada e competente das instituições públicas.*
- *Educação e capital humano.*
- ***Diálogo Social.***
- *Respeito aos Direitos Trabalhistas Fundamentais.*
- *Responsabilidade Social.*



OIE, Caracas (maio de 2007)

## Participação dos PS europeus na regulação das RT





O Governo Lula manteve e ampliou consideravelmente os espaços institucionais de participação do setor privado para formulação e, em alguns casos, também para implementação das políticas públicas.

Conselho de Defesa dos Direitos Humanos – CDDPH  
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES  
Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC  
Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT  
Conselho Curador do FGTS  
Conselho Nacional da Juventude – CNJ  
Conselho de Ciência e Tecnologia – CCT  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ  
Conselho Nacional dos Esportes – CNE  
Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA  
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI  
Conselho Nacional de Combate à Discriminação  
Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência – CONADE

Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial – CNDI  
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA  
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)  
Conselho Nacional de Saúde  
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA  
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE  
Conselho Nacional de Imigração – CNIG  
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM  
Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF  
Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES  
Conselho Nacional do Trabalho

## Fórum Nacional do Trabalho

Uma das mais importantes experiências práticas de DS, em toda a América Latina

### Percalços:

- 1) O “fatiamento” da Reforma Trabalhista (PEC N° 369/2005).
- 2) A proposta do Governo:
  - “deixou de contemplar pontos que haviam alcançado o consenso entre as três partes”;
  - incluiu “diversos pontos de dissenso entre as partes [...] que foram arbitrados pelo Governo”;
  - os pontos arbitrados o foram de forma inaceitável para a CNI.
- 3) A combativa oposição das confederações de trabalhadores, por não terem sido admitidas no Fórum e por serem contrárias a alterações na contribuição compulsória, na forma proposta pelo consenso dos participantes.



## Questões pendentes

- Organização sindical
  - Representatividade e financiamento dos sindicatos
  - Representação dos empregados na empresa
  - Contrato coletivo nacional
- Encargos sobre a folha de salários
- Terceirização
  - Proibição para atividades-fim
  - Responsabilidade trabalhista da contratante
- Redução da jornada e horas extras
- Ratificação da Convenção 158 da OIT
- Substituição processual
- Flexibilização das formas de remuneração
- Regulamentação das novas formas de trabalho
  - “Free lancers”, trabalho a distância (teletrabalho).

## Agenda Nacional de Trabalho Decente

- Grupo Tripartite de Trabalho Decente (TTDC/MTE)
- Indicadores de Trabalho Decente



## Agenda Nacional de Trabalho Decente



- Compromisso assumido entre o Presidente da República e o Diretor Geral da OIT (Memorando de Entendimento) em 2003
- Em 2006, durante a XVI Reunião Regional Americana, em Brasília, o Governo brasileiro lançou oficialmente a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), elaborada em consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores
- **3 prioridades definidas na ANTD:**
  - **Gerar Mais e Melhores Empregos, com Igualdade de Oportunidades e de Tratamento**
  - Erradicar o Trabalho Escravo e o Trabalho Infantil, em especial nas suas piores formas
  - Fortalecer os Atores Tripartites e o Diálogo Social como instrumento de governabilidade democrática

DLGODOY - out/2010

15

### Prioridade 3. Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática

*Resultado 3.1.* Mecanismos e instâncias de diálogo social fortalecidos e ampliados, em especial os instrumentos de negociação coletiva

*Resultado 3.2.* Medidas efetivas tomadas em consulta com empregadores e trabalhadores para:

- promover a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa (2008 ;
- promover o exame das normas internacionais do trabalho.
- aplicar as normas internacionais do trabalho ratificadas pelo Brasil.

*Resultado 3.3.* Agendas de Trabalho Decente promovidas em Regiões, Estados e Municípios, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores.

DLGODOY - out/2010

16



## As dez dimensões do trabalho decente (OIT) (Para cada uma, serão construídos indicadores)

- Oportunidades de emprego
- Trabalho a ser abolido
- Rendimentos adequados
- Jornada de Trabalho
- Estabilidade e segurança no trabalho
- Combinação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar
- Igualdade de oportunidades e tratamento
- Ambiente seguro de trabalho
- Proteção/Seguridade social
- Diálogo social e representação de trabalhadores e empregadores.  
(Além do contexto socioeconômico).

## Diálogo social na prática, no Brasil

Estamos no caminho, mas ainda  
há muito que caminhar.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

## 7. DIÁLOGO SOCIAL EM PRÁTICA

### 7.1. Apresentação da Organização dos Trabalhadores, Indústria e Energia Sten Roar Martinsen



## Bilateral Forum For Social Dialogue Brasil-Norway

---

10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



Alnor Chemical Union agrees with management on the target,  
but not the way to the goal.

To get common perception of reality, we must enter into negotiations.



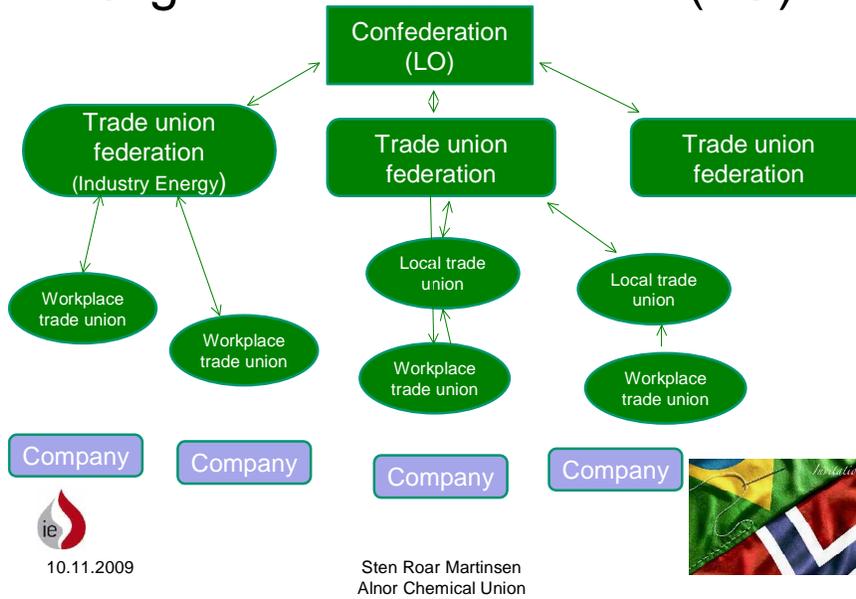
10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



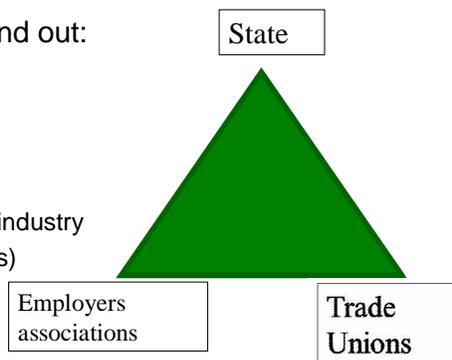


## Organisational structure (LO)



## Tripartism

- Two broad policy areas stand out:
  - Income policy
  - Labour market policy
- But many other issues:
  - Oil politics
  - Terms and framework for the industry (for example power-contracts)



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union





## This will provide Hydro:

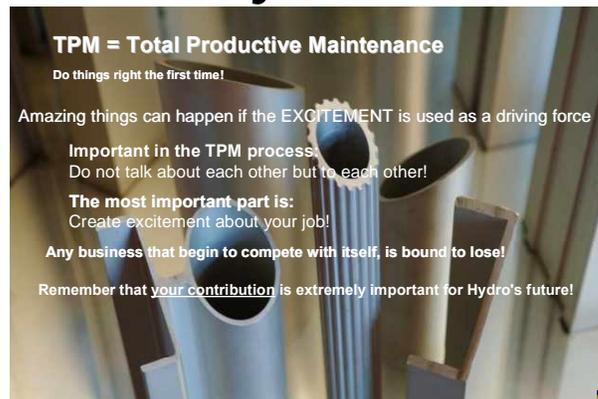


10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



## TPM "Way Forward"



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union





## Hydro in Norway



- Assets in Norway
  - 4 primary aluminium plants + 1 part-owned, 1 mill. tpy (2008)
  - 3 downstream plants
  - 9 TWh captive power production
- Employees: 5,500 (Q2/09)

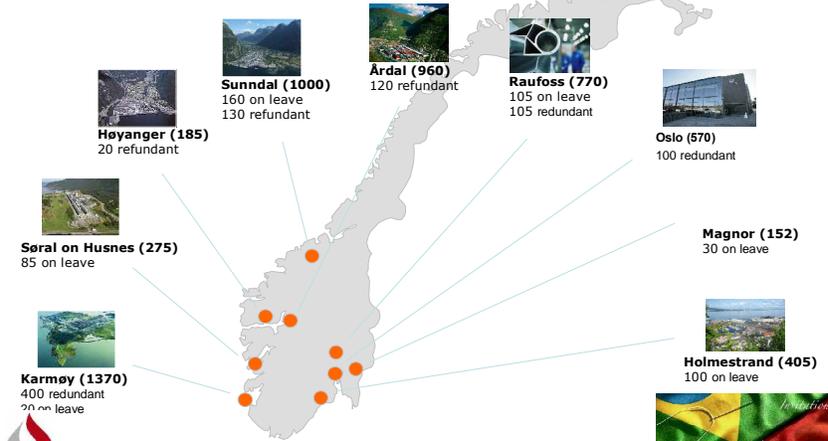


10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



## Manning effects in Norway in 2009



10.11.2009

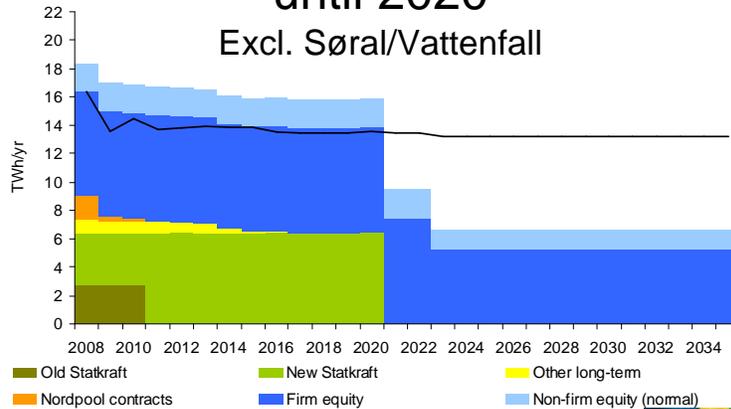
Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union





## Strong Norwegian power portfolio until 2020

Excl. Sørøst/Vattenfall



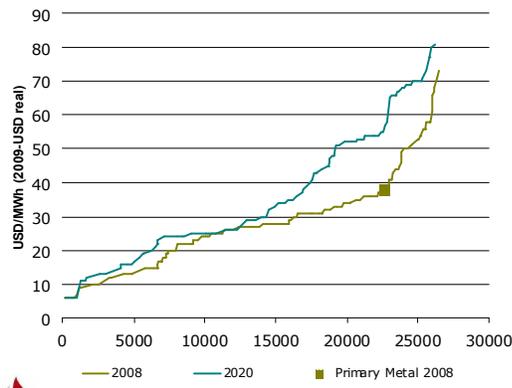
– Demand & external deliveries  
 Demand includes expected consumption at the smelters, concessionary power delivery obligation, external sales to Ineos. Sørøst sourcing and consumption excluded

10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
 Alnor Chemical Union



## European power price level main challenge for long term power sourcing



Source: CRU Feb.2009; Hydro analysis. All probable curtailments have not been included

10.11.2009

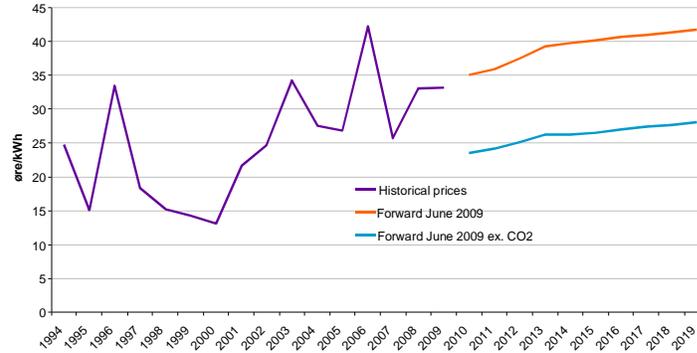
Sten Roar Martinsen  
 Alnor Chemical Union



- Price level main challenge
  - Long term power priced around 40 øre/kWh in the market
- Not risk locking in cost position in high 4th quartile
- CO2-cost in the power price
  - European and Norwegian power intensive industry's main competitive disadvantage



## EU's emissions trading system allows for compensation for indirect CO2-costs



10.11.2009

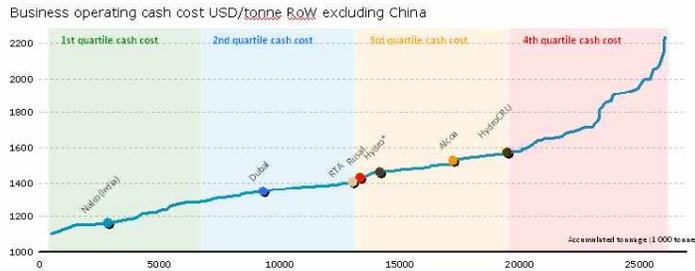
### CO2 costs amounts to up to 1/3 of the power price

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



## Hydro's competitive position

Robustness in portfolio is weak and needs improvement



Key characteristics 1st quartile positions  
Power: Very low costs (5-17 USD/MWh)  
Location: SA, ME, Can, Aus, Rus, Ice, Ind  
Other: Megasmelters – Scale effects

Source: CRU, Business Operating Cost, LME assumption, Q1 2009: 1 600 USD/tonne, Karmøy Söderberg not included  
\* Hydro after KSO, Neuss, Su3 and Qatalum



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union





## Hydro assets on the cost curve(CRU)

Beyond Qatalum all Hydro's smelters are 3rd quartile or worse

Business operating cash cost USD/tonne RoW excluding China



Observations based on CRU (2009) data:  
Hydro weighted average: 1578 USD/t  
Without Neuss: 1523 USD/t  
Cash cost position: 66 percentile



\*Source: CRU, Business Operating Cost, LME assumption, Q1 2009: 1 600 USD/tonne, Karmøy Söderberg not included

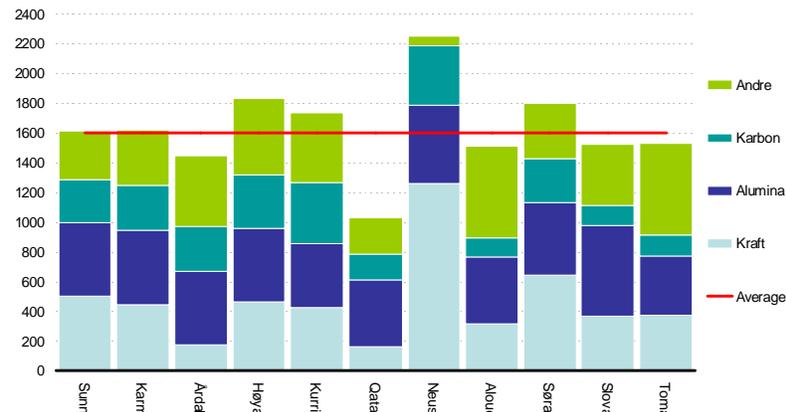
10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



## Focus short-term on improving cost-position

Overall improvement potential of ~100 USD/t



\*Based on 1600/718.65 - Power delivered smelter - CRU BOC business operating-cost definition, premium included in other costs, net anode costs, raw-materials: Carbon 350 USD/t. \*\* Without Neuss and Qatalum - Including Qatalum at full speed: -100 USD/t on average - Including Neuss +100 USD/t

10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



## Summary: Short term focus Norwegian Smelters

- Improve cost position through volume increases, efficient operations, reduced raw material and procurement cost as well as reduced fixed cost
- Power outlook after 2020 will start to influence priorities soon, as we have power for less than 400' tpy after 2022
  - Capex optimisation
  - Power optimisation
  - Shut-down/start-up with volatile price
- Secure post 2020/2022 power at competitive terms
  - Prerequisite for evaluating major upgrades and modernisation in existing plants



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union



## Summary

- Hydro must focus efforts on securing competitive and predictable power terms for existing Norwegian portfolio
  - Prerequisite for evaluating major upgrades and modernisation in existing plants
  - Prerequisite for evaluating new smelter capacity in Norway



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union





Now we are preparing for the next technology step

HAL 300



13,3 kWh/kg  
1,6 ton CO2/ton aluminium



10.11.2009

HAL4e



12,8 kWh/kg  
1,5 ton CO2/ton aluminium

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union

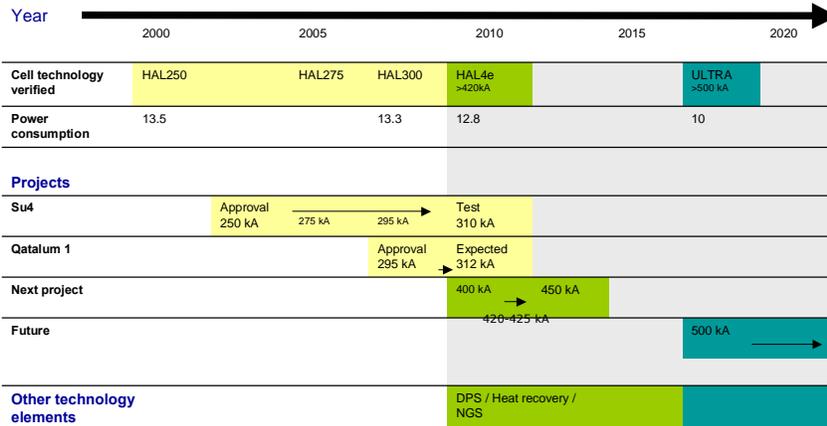
ULTRA



**Vision**  
10 kWh/kg  
0 ton CO2/ton aluminium  
Step change in investment level



Technology development is a continuous process  
with smelter projects as milestones



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
Alnor Chemical Union





## ULTRA – the preferred world class smelter concept for future opportunities

### ULTRA Vision

### Verify ULTRA Targets

**Create a smelter concept that will:**

- deliver a step change in profitability through reduced OPEX and CAPEX
- be leading in sustainability

**Energy consumption reduced to 10 kWh/kg Al (Qatalum: 13.3)**

**CAPEX reduction of 1500 USD per ton capacity (Qatalum: 6500)**

**CO2 emissions reduced to 0 ton/ton Al (Qatalum: 1.6)**



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
 Alnor Chemical Union



## Examples of CAPEX areas to focus on

1% reduction of total smelter cost = 220 mill NOK

Area	Possible Reduction potential Of total smelter cost Not independent, can not be added
Site quality and ground conditions	Up to 10%
Location – industry, qualified labour, roads, infrastructure	
Timing in the market cycle	5 - 10 %
Ensure competition, select best strategy, utilize low cost contractors	5 - 10 %
Supplier development	Up to 6%
Simplify technical requirements (redundancy, special design)	
Execution engineering and management	Up to 3%
Up- front engineering, FEED - increase	



10.11.2009

Sten Roar Martinsen  
 Alnor Chemical Union





## 7.2. Desenvolvimento Territorial Sustentável - Case Fundação Vale

Sílvio Vaz, Presidente da Fundação Vale

FUNDAÇÃO VALE



# Desenvolvimento Territorial Sustentável

## Case Fundação Vale



### A MUDANÇA EM CURSO: REVERTER A LÓGICA DO BALCÃO



FUNDAÇÃO VALE





FUNDAÇÃO VALE



## VISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO SEC. XXI

### Compromisso com o Desenvolvimento Territorial Sustentável

Investimento Privado → Crescimento Econômico

Investimento Privado Sustentável → Desenvolvimento Socioeconômico

**Grandes Investimentos Estruturantes: além da gestão dos impactos, alavanca o desenvolvimento territorial local e nacional;**

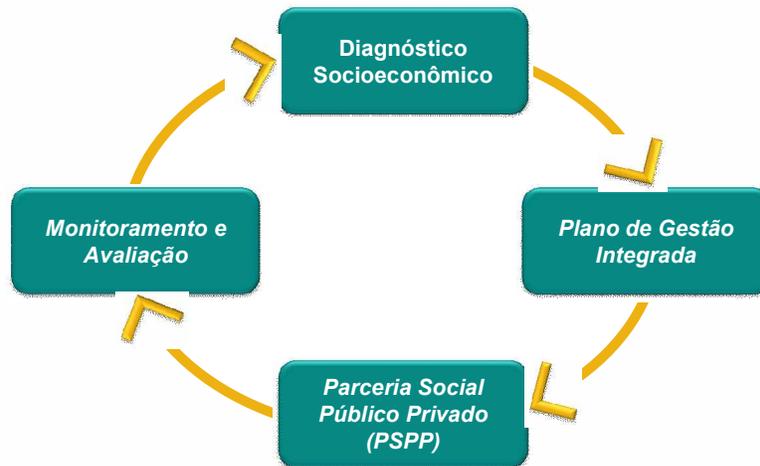
**ALIANÇAS ESTRATÉGICAS: CONVERGÊNCIA DOS INTERESSES DOS TRÊS SETORES**

FUNDAÇÃO VALE

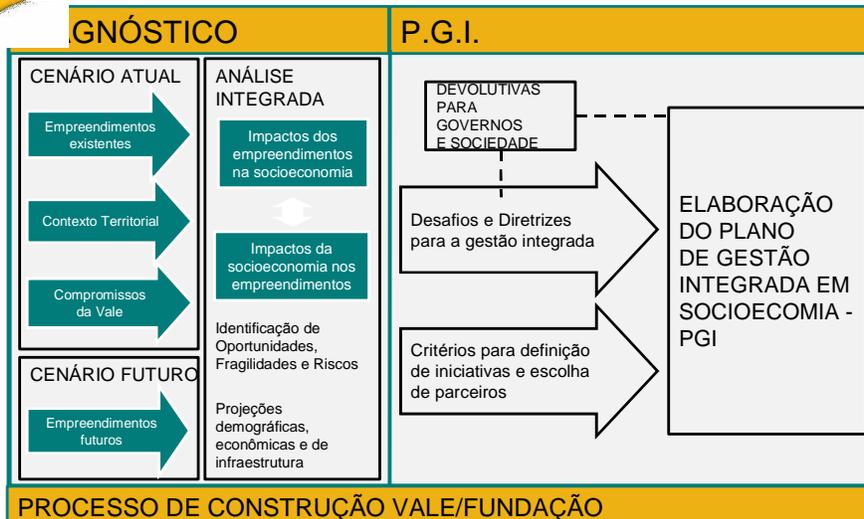




## ETAPAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL



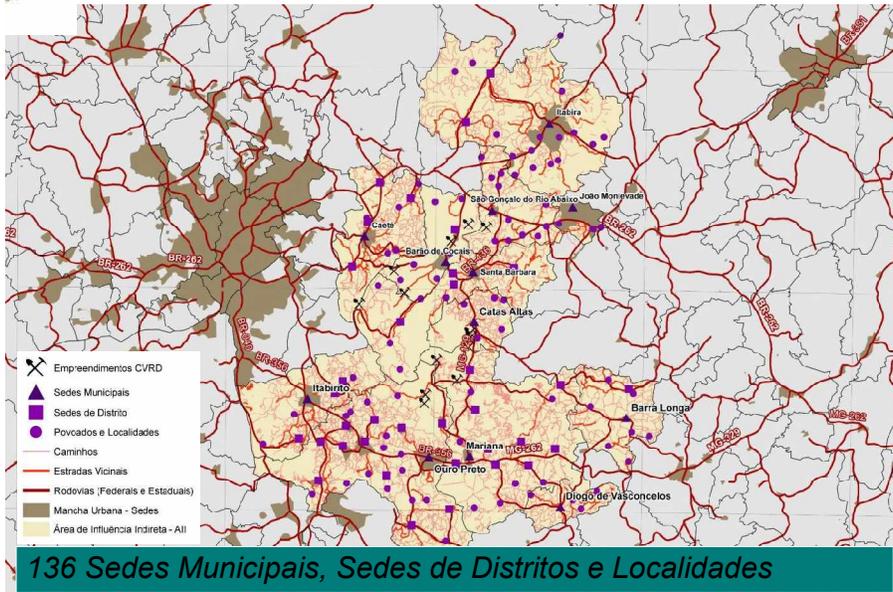
## DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PLANO DE GESTÃO INTEGRADA



### PROCESSO DE CONSTRUÇÃO VALE/FUNDAÇÃO

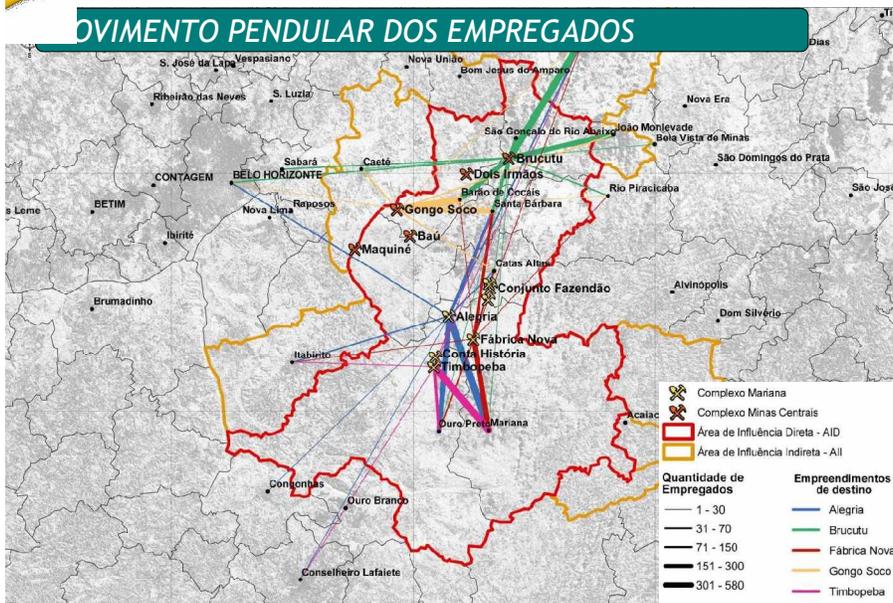


### MINAS SUDESTE – SISTEMA DE CIDADES E LOCALIDADES



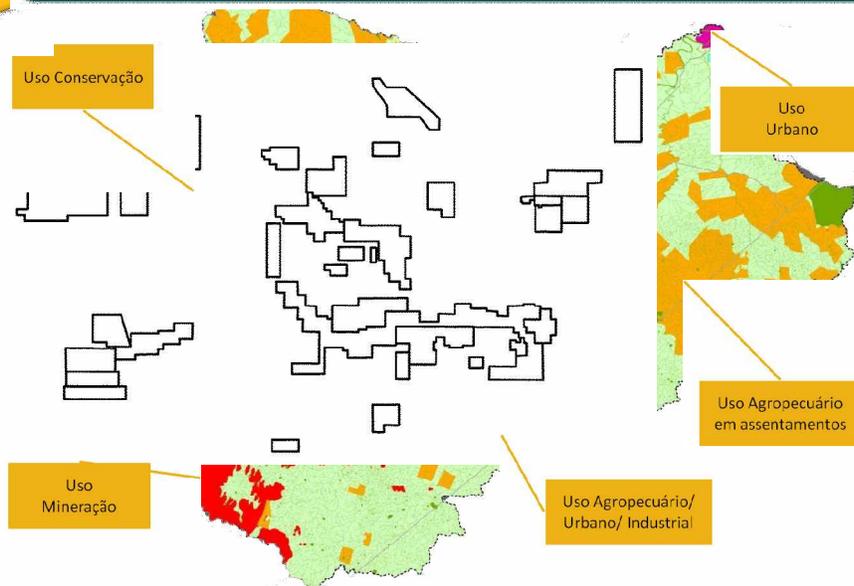
### MOVIMENTO PENDULAR DOS EMPREGADOS

#### MOVIMENTO PENDULAR DOS EMPREGADOS

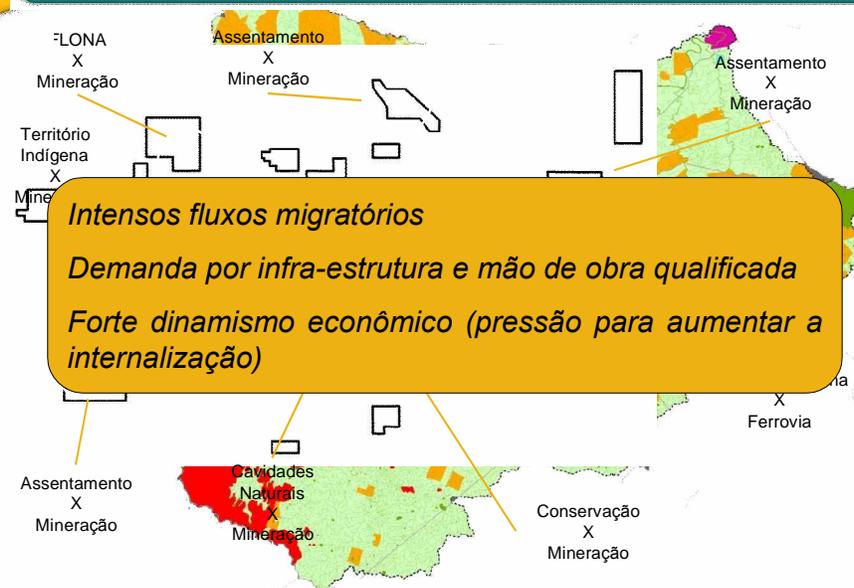




### SUDESTE DO PARÁ – USOS E CONFLITOS COM A MINERAÇÃO



### SUDESTE DO PARÁ – USOS E CONFLITOS COM A MINERAÇÃO

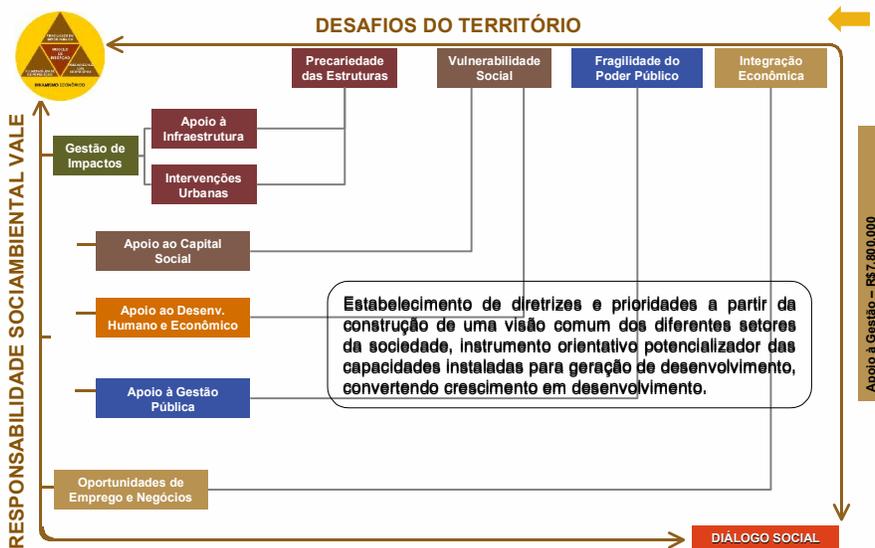




EFC – DESIGUALDADES REGIONAIS



FUNDAÇÃO VALE



FUNDAÇÃO VALE





## PARCERIA SOCIAL PÚBLICO PRIVADA (PSP)



Pacto de cooperação técnica financeira entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil com a finalidade de integrar as ações dos diferentes agentes em torno de uma visão comum, maximizando resultados e gerando desenvolvimento territorial sustentável.

FUNDAÇÃO VALE



## FOCO DA FUNDAÇÃO VALE

### INFRAESTRUTURA

Auxilia na redução de déficit de infraestrutura urbana e habitacional nas cidades onde a Vale está presente.

### GESTÃO PÚBLICA

Fundação Vale ajuda os Municípios a dar transparência na aplicação dos recursos.

### DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÔMICO

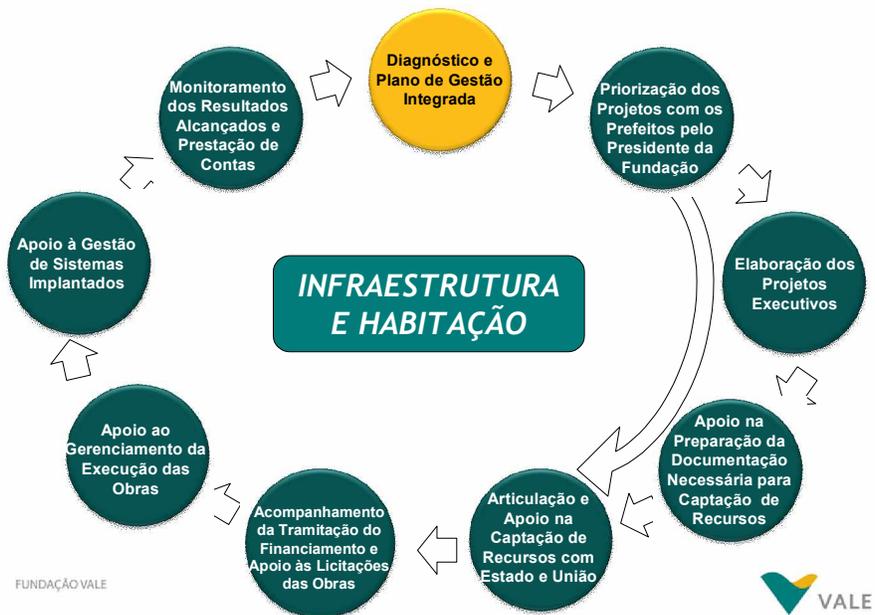
Os investimentos em desenvolvimento humano e econômico, são concretizados por meio das Estações Conhecimento, que promovem a formação profissionalizante e atividades esportivas e culturais.

FUNDAÇÃO VALE





## Infraestrutura





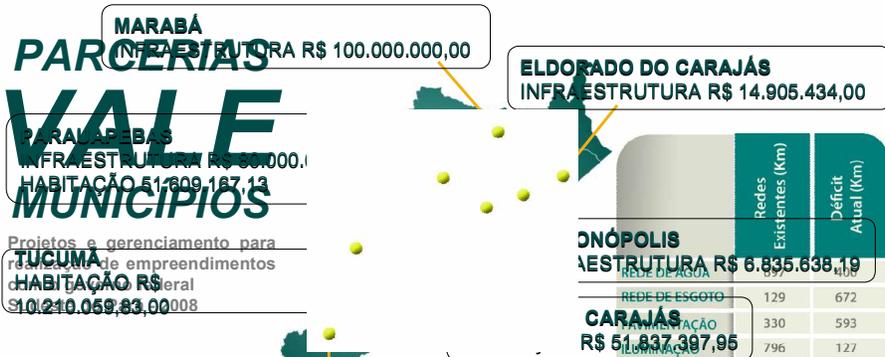
# PARCERIAS VALE MUNICÍPIOS

Projetos e gerenciamento para  
realização de empreendimentos  
com o governo federal

Investimento Social		VALORES
Uma Prioridade da Vale		
INFRAESTRUTURA URBANA MOBILIDADE - 33 PROJETOS	R\$	792.831.806,09
HABITAÇÃO 40 PROJETOS	R\$	596.028.402,32
<b>TOTAL</b>		
INVESTIMENTO A SER CONVENIADO	R\$	<b>1.39 Bilhões</b>



INVESTIMENTO SOCIAL (2008)  
**R\$ 424 Milhões**



Investimento Social		VALORES
Uma Prioridade da Vale		
INFRAESTRUTURA URBANA MOBILIDADE - 3 PROJETOS	R\$	183.405.961,19
HABITAÇÃO 7 PROJETOS	R\$	113.656.625,01
<b>TOTAL</b>		
INVESTIMENTO A SER CONVENIADO	R\$	<b>357.062.586,20</b>

MUNICÍPIO	Infra-estrutura (índice percentual (%) de atendimento/em execução)					Regularização fundiária	
	Rede de Água	Rede de Esgoto	Saneamento	Iluminação Pública	Resíduos Sólidos (Destino Final)	% Regularizado	
PARAUPEBAS	73	14	30	53	0	48	
CANAA	68	70	39	54	0	0	
MARABÁ	57	0	25	100	0	95	
CURIONÓPOLIS	66	0	21	100	0	0	
ELDORADO	27	0	16	76	0	0	





## Gestão Pública





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

FUNDAÇÃO VALE



## Desenvolvimento Humano e Econômico



ESPAÇO PARA TRANSFORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO

estação  
conhecimento



FUNDAÇÃO VALE





## ESTAÇÕES CONHECIMENTO

Organização social do Terceiro Setor, concebida pela Fundação Vale, para contribuir com o desenvolvimento territorial, ao deixar um **Legado de Conhecimento Sistematizado e Institucionalizado** para as gerações futuras, por meio de atividades de **esporte, qualificação profissional, cultura e o fortalecimento das cadeias produtivas locais.**



02 Estações Conhecimento já em funcionamento

14 Estações Conhecimento previstas até Dezembro/ 2012



## RESULTADOS INICIAIS

Dos 3 meses de aulas regulares de atletismo:

78% melhoraram a velocidade

58% aperfeiçoaram o arremesso

54% melhoraram a resistência

41% melhoraram no salto a distância.

Campeonato Estadual de Atletismo – Pará. Os 40 Atletas conquistaram 34 medalhas, Com 170 pontos, garantiram o 1º Lugar em Belém



Atletismo – Participação São Silvestrinha 3º lugar e 15º lugar na classificação geral





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

## PRINCIPAIS OBJETIVOS NO ÂMBITO DA CULTURA

Ampliar a oferta de equipamentos e espaços que garantam o acesso aos bens e serviços culturais.

Investir na formação cultural e artística, visando o desenvolvimento humano e social, a capacitação técnica e a formação de empreendedores e mediadores culturais.



FUNDAÇÃO VALE



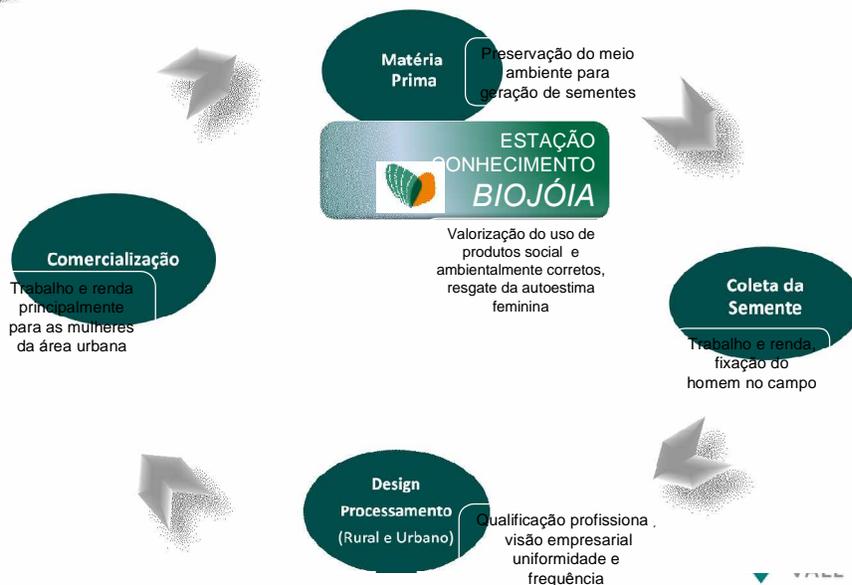
## PRINCIPAIS OBJETIVOS NO ÂMBITO DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Ampliar a oferta de cursos de Enfermagem, Informática, Hotelaria, Marcenaria, Construção Civil, Atendimento ao Cliente, entre outros.





## GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



## PILARES DE SUSTENTAÇÃO DA ESTAÇÃO CONHECIMENTO





## **8. PROPOSTA DE PROJETO PARA FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL ATRAVÉS DO INTERCÂMBIO BRASIL-NORUEGA**

### **1. O Projeto**

O objetivo do projeto de cooperação Brasil-Noruega é de promover a continuidade do processo de aproximação do Brasil e da Noruega, que culminaram com o seminário em Brasília em outubro de 2009.

Para que este grupo de trabalho informal possa seguir realizando propostas e atividades que contribuam para o fortalecimento do Diálogo Social no Brasil, tendo como inspiração o modelo e a tradição norueguesa, apresentamos esta proposta de parceria entre os atores envolvidos no debate do tema no escopo do intercambio Brasil-Noruega.

Este processo, que visa aprimorar o Diálogo Social e reforçar o intercâmbio entre as partes pretende avançar em propostas que contribuam para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social. cremos que a única forma de aprimorar este processo é através dada promoção e sensibilização de empresas e sindicatos sobre a agenda da Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Para tal construção, estarão envolvidas organizações atuantes junto aos trabalhadores, empresários e governo. Representando o Brasil estarão as seguintes organizações: o governo brasileiro através da Secretaria Geral da Presidência da República, a CNI – Confederação Nacional da Indústria, a CUT – Central Única dos Trabalhadores e o Instituto Observatório Social.

Do lado da Noruega, estarão o Governo da Noruega, a NHO – Confederação das Indústrias da Noruega e a LO Noruega – Confederação Norueguesa de Sindicatos.

Assim sendo, a fim de reunir todos os atores necessários para o desenvolvimento de experiências de Diálogo Social, será preciso envolver setores de interesse destes agentes que participam do processo. De acordo com os dados disponíveis, as principais empresas norueguesas presentes no Brasil atualmente operam nos setores: Siderúrgico, Construção, Papel/Celulose, Petróleo, Gás e Etanol.

Os resultados esperados a partir desse objetivo são:

- Influenciar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.
- Fortalecer a cultura do Diálogo Social
- Promoção e sensibilização da empresas e sindicatos sobre o tema RSE
- Elaborar metodologia e indicadores de avaliação
- Construir um grupo de referência das partes



- Gerar recomendações acerca do tema

As organizações que atuarão no presente projeto identificam-se em sua missão e atuação com as afirmações expostas a seguir.

### **Desenvolvimento Sustentável**

A definição mais aceita desse conceito foi introduzida pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, formada pela ONU. Em 1987, essa comissão publicou o Relatório Brundtland, que desencadeou todas as discussões acerca desse tema que culminaram na Agenda 21.

Segundo o relatório, desenvolvimento sustentável “é o tipo de desenvolvimento que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Para que se atinja tal objetivo, entende-se que o desenvolvimento deve se basear em três eixos fundamentais: o econômico, o social e o ambiental.

Um dos principais desafios impostos pela economia contemporânea é a falta de articulação sistêmica entre os objetivos econômicos e as demandas sociais e ambientais, ou seja, a falta de um controle socioambiental adequado para a economia global, especialmente a inexistência de um diálogo efetivo.

### **Diálogo Social**

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o Diálogo Social tripartite é essencial para:

- Buscar consenso sobre problemas e desafios no mundo do trabalho;
- Discutir projetos de reformas trabalhistas;
- Proporcionar melhoria de produtividade, de segurança e saúde ocupacional e de outras condições de trabalho; resolver conflitos individuais e coletivos; e,
- Assegurar condições justas de emprego em benefício dos trabalhadores, das empresas e da economia.

A OIT acrescenta que as condições que permitem o Diálogo Social são:

- A existência de organizações de trabalhadores e de empregadores sólidas e independentes, com a capacidade técnica e o acesso às informações necessárias.
- A vontade política e o compromisso de todas as partes interessadas.
- O respeito à liberdade sindical e à negociação coletiva.
- Um apoio institucional adequado.

A responsabilidade social empresarial (RSE) vem se consolidando como um movimento que se estrutura a partir do diálogo social, da qualidade das relações e segundo o princípio da sustentabilidade. Trata-se da “forma de gestão que se define pela relação ética, transparente e solidária da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais<sup>1</sup>”.

## **2. As organizações**

### **Secretaria Geral da Presidência da República**

A Secretaria-Geral é órgão essencial da estrutura da Presidência da República. Compete a ela assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

I - no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo;

II - na elaboração da agenda futura do Presidente da República;

III - na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República;

IV - na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República e na realização de estudos de natureza político-institucional;

V - na formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação de políticas públicas para a juventude e na articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude;

IX – no exercício de outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

### **CUT – Central Única dos Trabalhadores**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical de nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, que tem como princípio a liberdade de organização e de expressão e é guiada por preceitos de solidariedade, tanto no âmbito nacional, como internacional.

A CUT é a maior central sindical da América Latina e a 5.<sup>a</sup> maior do mundo, estando presente em todos os ramos de atividade econômica, representando 3.438 entidades filiadas; 7.464.846 trabalhadoras e trabalhadores associados e 22.034.145 trabalhadoras e trabalhadores na Base.

### **Instituto Observatório Social**

Criado em 1997, por iniciativa da CUT, do DIEESE e de outras entidades, o Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o

---

<sup>1</sup> Definição do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

Contando com uma equipe de pesquisa multidisciplinar – composta de economistas, sociólogos, especialistas em meio ambiente, saúde e segurança no trabalho e na área de relações internacionais - o IOS possui ampla experiência nas áreas de pesquisa de campo com trabalhadores e relatórios de monitoramento das condições sociais e de trabalho das empresas e de suas cadeias produtivas.

### **Governo da Noruega, representado no Brasil por sua Embaixada**

#### **LO Noruega**

A Confederação Norueguesa de Sindicatos (LO) é a maior e mais influente organização de trabalhadores da Noruega. A LO possui uma forte posição na sociedade e contribui para o seu desenvolvimento por mais de 100 anos. Cerca de 850 mil trabalhadores são filiados aos sindicatos nacionais que por sua vez são filiados à LO.

#### **NHO Noruega**

A Confederação das Indústrias da Noruega é o principal órgão de representação de empregadores do país, com uma filiação de mais de 18.500 empresas, desde pequenos negócios familiares a multinacionais. Possui uma estrutura de 21 federações setoriais, que representam os interesses de cada ramo de atividade, além de 15 associações regionais, que oferecem um ponto de contato entre empresas e autoridades.

Um exemplo do Diálogo Social praticado na Noruega é o chamado Acordo Básico, firmado entre essas duas entidades de classe, que serve como piso mínimo para todos os acordos coletivos que sejam negociados entre empregadores e empregados.

### **3. Etapas do Projeto**

#### Preparação

- 1) Criação de GT de Referência do projeto formado pelos que atores que participam do processo.
- 2) Intercâmbio com a Noruega objetivando o conhecimento do processo de Diálogo Social ali desenvolvido. O intercâmbio terá 3 etapas: a primeira envolverá a equipe técnica e um grupo de empresários e dirigentes sindicais das empresas/ sindicatos definidos para o primeiro ano; as segunda e terceira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

etapas somente o grupo de empresários/ dirigentes sindicais atenderá ao intercâmbio. Sempre com a presença de representantes dos governos.

- 3) Definição das empresas/sindicatos que participarão em cada um dos 3 anos do projeto.
- 4) Reuniões preparatórias com empresas e sindicatos para conhecer a disponibilidade em aderir ao processo de Diálogo Social, definindo as metas e os parâmetros.

#### Elaboração

- 1) Levantamento do perfil das empresas e sindicatos selecionados;
- 2) Verificação do nível de RSE e Diálogo Social, através de pesquisa de campo nas empresas selecionadas;
- 3) Definição das metas para empresas e sindicatos com base em indicadores referenciados em normas internacionais;
- 4) Processo de construção do Diálogo Social, através de oficinas com os representantes das empresas e sindicatos envolvidos.

#### Apresentação

- 1) Seminário de apresentação dos resultados da pesquisa
- 2) Publicação do relatório final



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais

## 9. REGISTRO FOTOGRÁFICO



**Foto 1:** Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em exercício, Vice-Ministra das Relações Exteriores da Noruega e Assessora-Executiva da Confederação dos Trabalhadores da Noruega (LO) - da esquerda para a direita.



**Foto 2:** Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em exercício, Vice-Ministra das Relações Exteriores da Noruega e Assessora-Executiva da Confederação dos Trabalhadores da Noruega (LO) e Diretor da Confederação das Empresas da Noruega (NHO) - da esquerda para a direita.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais



**Foto 3:** Vice-presidente da Organização Internacional de Empregadores para a América Latina (OIE), Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Secretário Nacional de Articulação Social, Diretor da Confederação das Empresas da Noruega (NHO) e Assessora-Executiva da Confederação dos Trabalhadores da Noruega(LO) - da esquerda para a direita.



**Foto 4:** Vice-presidente da Organização Internacional de Empregadores para a América Latina (OIE), Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Secretário Nacional de Articulação Social, Diretor da Confederação das Empresas da Noruega (NHO) - da esquerda para a direita.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais



**Foto 5:** Secretário Nacional de Articulação Social, Diretor da Confederação das Empresas da Noruega (NHO) e Assessora-Executiva da Confederação dos Trabalhadores da Noruega(LO) - da esquerda para a direita.



**Foto 6:** Representantes da delegação norueguesa.



Foto 7: Representantes da delegação norueguesa.



Foto 8: Representantes da delegação norueguesa.



Foto 9: Representantes da delegação norueguesa.



Foto 10: Representantes da delegação brasileira.



Foto 11: Representantes da delegação brasileira.



Foto 12: Representantes da delegação brasileira.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
Secretaria Nacional de Articulação Social  
Assessoria para Assuntos Internacionais



**Foto 13:** Visão panorâmica do I Fórum Bilateral de diálogo social Brasil-Noruega.